

UTOPIA E CONSCIÊNCIA MESTIÇA: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA PÓS-COLONIAL DE *WOMAN ON THE EDGE OF TIME*

Thayse Madella*

RESUMO

Este artigo pretende revisitar o romance feminista utópico *Woman on the Edge of Time* (1976), de Marge Piercy, por uma perspectiva feminista pós-colonial. Muitas feministas dos anos de 1970 usaram o gênero de ficção científica como um ato revisionista para criticar o discurso patriarcal. Cerca de quatro décadas mais tarde, uma nova visita revisionista se faz necessária. Para tanto, minha análise leva em conta a afirmação de Gloria Anzaldúa de que o futuro pertence à mestiça. Meu argumento discute como a protagonista, Consuelo Ramos, encontra-se em posição subalterna devido às opressões a que é sujeitada e é esta marginalização que a possibilita alcançar o estado de *Coatlicue* e viajar ao futuro. Ao viajar por territórios separados não pela geografia, mas pelo tempo, o romance representa o que seria este futuro da mestiça.

Palavras-chave: ficção científica, feminismo pós-colonial, Marge Piercy, estado de coatlicue.

* Doutora. Universidade Federal de Sergipe (UFS)
orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0954-6953>
e-mail: thaysemadella@academico.ufs.br

UTOPIA AND THE MESTIZA CONSCIOUSNESS: A POSTCOLONIAL FEMINIST PERSPECTIVE OF *WOMAN ON THE EDGE OF TIME*

Abstract:

This article aims to revisit the utopian feminist novel *Woman on the Edge of Time* (1976), by Marge Piercy, through a postcolonial feminist perspective. Many feminists from the 1970s used the science fiction genre as a revisionist act to criticize patriarchal discourse. About four decades later, a new revisionist look is necessary. Therefore, my analysis takes into consideration Gloria Anzaldúa's affirmation that the future belongs to the Mestiza. My argument discusses how the protagonist, Consuelo Ramos, finds herself in a subaltern position for the oppressions she is subjected to and this marginalized condition is what makes it possible for her to reach the *Coatlicue* state and travel to the future. When she travels through territories separated not by geography, but by time, the novel represents what this Mestiza's future could be.

Keywords: science fiction, postcolonial feminism, Marge Piercy, coatlicue state.

UTOPIA Y CONCIENCIA MESTIZA: UNA PERSPECTIVA FEMINISTA POSCOLONIAL SOBRE *WOMAN ON THE EDGE OF TIME*

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo revisar la novela feminista utópica *Mujer al borde del tiempo* (1976), de Marge Piercy, desde una perspectiva feminista poscolonial. Muchas feministas de la década de 1970 utilizaron el género de ciencia ficción como un acto revisionista para criticar el discurso patriarcal. Unas cuatro décadas después, es necesaria una nueva visita revisionista. Para ello, mi análisis tiene en cuenta la afirmación de Gloria Anzaldúa de que el futuro pertenece a la mestiza. Mi argumento analiza cómo la protagonista, Consuelo Ramos, se encuentra en una posición subordinada debido a la opresión a la que está sometida y es esta marginación la que le permite llegar al estado de *Coatlicue* y viajar al futuro. Al viajar por territorios separados no por la geografía, sino por el tiempo, la novela representa cómo sería este futuro mestizo.

Palabras clave: ciencia ficción, feminismo poscolonial, Marge Piercy, estado de coatlicue.

1. INTRODUÇÃO

Gloria Anzaldúa afirma que o futuro pertence à mestiça, o futuro precisa da quebra de paradigmas, da mistura de culturas; o futuro depende da consciência mestiça (Anzaldúa, 2005, p. 707). A obra de Anzaldúa, *Borderlands/La Frontera* (1987), mostra sinais destas amálgamas culturais, da consciência trazida pela opressão, dos gêneros textuais misturados, da experiência pessoal unida à poesia, ao texto teórico, histórico, acadêmico e até místico, da presença de diferentes línguas e registros. Mas será esse um futuro utópico? O que esperamos dele? Como chegar nesse futuro? Ao revisitar o passado, conseguimos alterá-lo, construir um novo presente e – por que não? – reestruturar um novo futuro. O futuro, então, faz parte da história. O revisionismo histórico, proposto por Adrienne Rich afirma que revisionismo é o ato de olharmos para trás com um novo olhar, uma nova percepção, entrarmos em um velho texto através de uma nova perspectiva crítica (Rich, 1980, p. 35). Por isso, nesse artigo, revisitarei uma obra de ficção científica feminista dos anos 1970 para discutir como o estado de *Coatlicue*, como definido por Anzaldúa, pode fornecer estratégias e armas para que sujeitos subalternizados possam lutar por um futuro que visiona a justiça social.

O objetivo é investigar as relações temporais entre presente e futuro e, com isso, analisar o protagonismo da mestiça em uma das famosas obras literárias feminista da década de 1970, o utópico *Woman on the Edge of Time* (1976) [Mulher no limiar do tempo] (tradução do título em Funck, 2016, p. 158), de Marge Piercy. Meu ponto de partida é o revisionismo proposto por Rich. Muitas teóricas, como Anne Cranny-Francis, Angelika Bammer e Susana Bornéo Funck, já discutiram as visões feministas presentes nas obras utópicas e de ficção científica das décadas de 1960 e 1970. De acordo com Cranny-Francis, em seu livro *Feminist Fiction* (1990), várias feministas desse período (também chamado de Segunda Onda) se apropriaram do gênero de ficção científica para criarem mundos utópicos, locais onde o patriarcado não mais oprimia, onde, por isso, as mulheres eram livres e a sociedade igualitária. O tempo como resposta contra a opressão das mulheres se tornou uma questão em muitas destas obras, como em *A Mão esquerda da escuridão* (1969), de Úrsula LeGuin, *The Female Man* (1975) [O homem mulher]¹, de Joana Russ, *Woman on the Edge of Time* (1976), de Marge Piercy, entre outros títulos.

Se o revisionismo histórico de Rich pede por um novo olhar sobre um texto do passado, proponho trazer à obra de Piercy um olhar pós-colonial, articulando o conceito de subalternidade e de agência através dos conceitos de mestiça e de estado de *coatlicue*. Este estudo não busca recair, novamente, sobre a construção da utópica, bucólica, igualitária e futurística Mattapoissett (ponto focal da crítica feminista até então), mas examinar as relações de poder e opressão que colocam a protagonista do romance, Consuelo Ramos, em uma posição de subalternidade que a força uma tomada de consciência para então instaurar atos de resistência no seu tempo presente da diegese.

1 Os títulos das obras foram traduzidos por Susana Funck, ao que ela levanta a questão de serem obras amplamente debatidas nos «círculos da crítica feminista em língua inglesa, mas que, por sua condição marginal (feminista e popular), não mereceram ser selecionados para sua tradução ao português» (FUNCK, 2016, p. 158). Dos citados aqui, apenas o de LeGuin tem tradução para o português.

2. A UTOPIA FEMINISTA

Cranny-Francis discute a importância da escolha dos gêneros textuais por parte das feministas da Segunda Onda. Ela aponta que escrever gêneros de ficção considerados de baixa cultura pelos intelectuais foi uma estratégia usada para alcançar uma audiência já acostumada a estes gêneros. Além disso, se a divisão baixa e alta cultura é definida por uma sociedade em que o poder hegemônico é masculino, o que é considerado inferior, privado de valores culturais e sociais “reais” também é definido por quem tem este poder. Por isso, esta apropriação de gêneros provenientes de uma cultura de massa, considerados inferiores, é uma escolha consciente e estratégica para uma crítica à ideologia conservadora: “Essas escritoras trabalham contra, não com, os discursos ideológicos conservadores” (Cranny-Francis, 1990, p. 1, minha tradução²). As escolhas narrativas não são inocentes, e a consciência dessas escolhas faz com que tais autoras usem o próprio gênero textual para subverter e criticar o poder hegemônico: “As relações entre a narrativa e suas causalidades são responsáveis pelas naturalizações de certas ideologias. Narrativas que não se encaixam nessas relações são consideradas não naturais, não familiares e inaceitáveis” (Cranny-Francis, 1990, p. 12-13). Nesse sentido, Funck concorda com Cranny-Francis e afirma:

[u]ma das mais produtivas e interessantes áreas de investigação tem sido a relação entre mulher e ficção, especialmente o romance e suas formas mais populares como a ficção científica, a fantasia, a utopia e o romance policial. O foco da análise vai desde as teorias de recepção até a estrutura narrativa e as convenções literárias, mas sempre enfatizando a ideologia patriarcal e o modo pelo qual a mulher pode criar posicionamentos não hegemônicos. (Funck, 1993, p. 34)

Como as narrativas feministas trabalham para tornar visíveis tais discursos conservadores, elas também buscam revelar ideologias escondidas nessas narrativas naturalizadas.

Porém, mais do que trazer à tona o discurso patriarcal, muitas dessas narrativas propõem outras formas não hegemônicas de existir na sociedade. A sexualidade e a maternidade fazem parte dos temas frequentemente investigados nas obras de utopias, dentro desta perspectiva das ficções feministas. Funck é uma das pesquisadoras que analisou como essas obras utópicas se preocuparam em criar sexualidades dissidentes e em retirar a responsabilidade da maternidade das mulheres e realocá-la para a sociedade (2016).

Cranny-Francis e Funck discutem a “conscientização crítica do poder da linguagem e do discurso” (Cranny-Francis, 1990, p. 34). O discurso ideológico, portanto, é desnaturalizado pelo uso da linguagem, de forma a marcar as relações opressivas de poder. Em sua obra *Feminist Literary Utopias* (1998), Funck afirma ter encontrado “nos revisionismos utópicos feministas não apenas uma busca tradicional por uma identidade ou um desejo em reformar a sociedade, mas a construção de uma nova consciência sobre nós mesmas como um sujeito engendrado do discurso” (Funck, 1998, p. 17-18). Funck reforça que nas utopias do início do século XIX existia uma crítica à sociedade, no entanto estes autores (homens) falharam em levantar questões relacionadas às desigualdades de raça e gênero (Funck, 1998,

2 Todas as traduções que aqui aparecem foram feitas pela autora, exceto quando explicitadas.

p. 16). Da mesma forma, Angelika Bammer, na obra *Partial Visions* (1991), também aponta para esta escolha da crítica à esfera pública e ao sistema político presentes nas ficções científicas consideradas tradicionais (Bammer, 1991, p. 12). Essa escolha, apesar de carregada de crítica social, exclui das discussões relacionadas a literaturas utópicas hegemônicas problemas considerados da esfera privada, onde se encontra grande parte da luta feminista.

O revisionismo literário dos anos de 1970, então, se preocupou em revisitar os gêneros de ficções considerados de baixa cultura e usá-los para criticar as desigualdades de gênero e os discursos naturalizados que oprimem certos grupos, mudando o foco das discussões para as relações de poder opressoras existentes nas esferas privadas, não somente colocando essas questões em discussão, mas fazendo delas prioridade e ponto central das narrativas. No entanto, da mesma forma que utopias vindas de um posicionamento mais hegemônico deixavam de fora transformações sociais relacionadas a questões mais interseccionais, envolvendo gênero e raça, por exemplo, como afirma Bammer (1991, p. 18), as utopias feministas e suas análises também deixaram de fora ou abordaram de forma problemática muitas destas questões. Apenas para dar um exemplo, *The Female Man* (1975), de Joanna Russ, traz uma representação de sujeitos transgêneros muito problemática, sem uma crítica a hierarquia de poder que inferioriza gêneros que escapam ao biologismo. Essa problemática do romance de Russ emerge de uma sociedade que continua dividida por um binarismo de gênero onde existem apenas dois grandes grupos: *Womanland* e *Manland*. Um exemplo é quando Jael Reasoner, personagem vinda desta sociedade, explica as relações de seu mundo usando termos como “homens de verdade” e “mulheres de verdade”. Esses termos são aplicados de forma naturalizada para falar dos sujeitos que ocupam papéis tradicionais do binarismo de gênero.

No caso de *Woman on the Edge of Time*, ainda que mais intersecções apareçam, tanto na construção da personagem principal, como nas representações dos moradores de Mattapoisett, ainda temos uma utopia construída nas delimitações geográficas Norte-Americanas, mais especificamente em Massachusetts. Além disso, a narrativa é protagonizada por uma mulher de origem mexicana, mas com todo o texto, conversas e discussões, tanto no presente quanto no futuro, feitas em inglês - a língua que, por várias vezes, a protagonista afirma não ser sua. Bammer aponta, inclusive, que nem o seu nome a personagem pode escolher, pois Consuelo, como é chamada no México, sua terra natal, é deixado de lado e a própria narrativa a chama de Connie, nome usado em uma perspectiva anglocêntrica (Bammer, 1991, p. 92). Além disso, ela é a protagonista da obra, mas as análises, críticas e trabalhos acadêmicos acabam, na maioria das vezes, focando tanto na construção da utópica Mattapoisett que, quando se trata do aparato teórico sobre utopias feministas, ela se torna quase uma personagem secundária.

3. UMA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL

Para uma análise que leve em conta uma perspectiva feminista pós-colonial na construção da consciência mestiça da protagonista, Consuelo Ramos, é necessário considerar o lugar de fala do sujeito a ser discutido e as intersecções que o constróem. Para Larissa Pelúcio,

[a]nunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento

é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes. (Pelúcio, 2012, p. 399)

Da mesma forma, Deepika Bahri, em seu artigo *Feminismo e/no pós-colonial* (2013), afirma que “[u]ma perspectiva feminista pós-colonial exige que se aprenda a ler representações literárias de mulheres levando em conta tanto o sujeito quanto o meio de representação” (Bahri, 2013, p. 660). Para a análise do posicionamento e lugar de fala de Consuelo, protagonista de *Woman on the Edge of Time*, levo em consideração o contexto diegético da história. Uma outra análise poderia também englobar o posicionamento da autora e a localização geográfica da produção da obra, já que ambas – autora e obra – estão inseridas em um contexto anglocêntrico, assim como as outras ficções científicas feministas já citadas neste trabalho.

Os saberes subalternos, ou saberes situados, como discute Larissa Pelúcio, são, muitas vezes, ignorados pela produção científica advinda de um centro geopolítico hegemônico. É neste contexto que o feminismo produzido em países do Norte Global, por feministas brancas, de classe média, começa a ser questionado, criticando-se a busca por uma política de identidade, muitas vezes essencialista, que acaba desconsiderando as relações de poder situadas em outros lugares. Pelúcio destaca a produção de conhecimento em lugares marginais, de fronteiras – sejam elas geográficas ou sociais:

Estas vozes insurgentes do feminismo falam a partir de lugares marginais, fronteiros, onde não há reducionismos possíveis, mas tensões postas pelo desconforto e desafios de ser apontada como inadequada. É neste campo de lutas que se formam as ‘consciências mestiças’, para ficarmos com os termos de Glória Anzaldúa. (Pelúcio, 2012, p. 404)

Ao pensar as análises críticas das ficções científicas feministas, muito foi discutido sobre o papel das mulheres na sociedade, no entanto, esta relação com discussões pós-coloniais, que buscam questionar este ‘papel’ (substantivo usado no singular) universal em que poderiam se encaixar todas as mulheres, deve surgir do ato de revisitar estas obras.

Quando se fala em consciência mestiça é necessário enfatizar a construção do sujeito a partir de diversos encontros de culturas, encontros estes muitas vezes conflituosos, contraditórios e que desafiam a coexistência, mas que formam o sujeito da fronteira. Na fronteira pode existir uma linha divisora geográfica, determinando ‘nós’ e o ‘outro’, uma linha marcada, clara, o que Anzaldúa chama de *borderline*. Mas é na área fronteira, conhecida como *borderlands*, que os sujeitos são formados por espaços difíceis de serem determinados, borrados, em “constante estado de transição” (Anzaldúa, 1987, p. 25). É devido a esta construção conflituosa, mas real, que “a nova mestiza enfrenta tudo isso desenvolvendo uma tolerância às contradições, uma tolerância às ambigüidades” (Anzaldúa, 2005, p. 706). Neste contexto, Anzaldúa enfatiza a importância de se quebrar dualidades e transcendê-las (Anzaldúa, 2005, p. 707). Mas, para além da construção do sujeito, a mestiça também é um caminho para mudanças reais tanto na sociedade quanto no indivíduo:

[a]luta sempre foi interior, e se dá em terrenos exteriores. Devemos adquirir consciência da nossa situação antes de podermos efetuar mudanças internas, que, por sua vez, devem preceder

as mudanças na sociedade. Nada acontece no mundo “real” a menos que aconteça primeiro nas imagens em nossas mentes. (Anzaldúa, 2005, p. 714)

Esta mudança da mente, que precede a mudança na sociedade, é muito relevante na discussão sobre *Woman on the Edge of Time*. As visitas a Mattapoisett possibilitam as mudanças internas que, por sua vez, levam Consuelo a agir na sociedade, provocando, assim, mudanças externas. Primeiro, ela precisou ter em sua mente as imagens de que uma sociedade diferente seria possível, para depois poder fazer as mudanças no mundo “real”.

Anzaldúa e sua discussão sobre a nova mestiça impõem sobre os estudos feministas a iminência de um debate que leve em conta as diferenças por uma perspectiva irreducionista. De acordo com Cláudia de Lima Costa e Eliana Ávila,

Anzaldúa trouxe, a partir de seu lugar de escritora chicana às margens do cânone, intervenções das mulheres feministas de cor, lésbicas, judias e mulheres do Terceiro Mundo, entre outras, para o centro do debate feminista norte-americano, até então dominado pela miopia das feministas consideradas brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média. (Costa & Ávila, 2005, p. 692)

Anzaldúa reforça e obriga uma discussão feminista para além da divisão binária de gênero e coloca sob os holofotes diferenças constituídas pelas múltiplas opressões com as quais diferentes sujeitos precisam lidar. É neste sentido que

a nova mestiça de Anzaldúa, com sua consciência polivalente e por meio de uma prática performática/textual transversiva, ocupa, em constante sobreposição/deslocamento, os interstícios dos vários vetores da diferença resultantes dos desequilíbrios históricos e das exclusões múltiplas. (Costa & Ávila, 2005, p. 693)

A mestiça sofre com o constante malabarismo de culturas que enfrenta, com diversas opressões que recaem sobre ela; a mestiça deve lidar com o contraditório todo o tempo. Neste contexto, a mestiça transgride as relações que criam estruturas fixas e de fácil categorização, mantendo uma constante disputa interseccional que nega reducionismos.

Para Anzaldúa, os sentimentos conflitantes, que podem levar ao sentimento de depressão e a insatisfação com que a mestiça tem de lidar, proporcionam a aparição do estado de *Coatlicue*. Símbolo da cultura asteca, *Coatlicue* oferece a luz e as trevas para quem a visita. No revisionismo realizado por Anzaldúa sobre a mitologia asteca, a deusa ocupa um papel importante na busca por conhecimento. *Coatlicue* aparece para a mestiça como um prelúdio da travessia, um incremento de consciência, como forma de conhecimento (Anzaldúa, 1987, p. 70). No entanto, esta travessia não é fácil, nem monolítica, mas sim constante, contínua e conflituosa, sem chegar a uma conclusão, pois a travessia nunca termina. Este caminho se torna uma jornada que não retrocede, pois

o conhecimento me faz mais ciente, me faz mais consciente. ‘Conhecer’ é doloroso porque depois que acontece eu não posso ficar no mesmo lugar, confortavelmente. Eu não sou mais a mesma pessoa que eu era anteriormente. (Anzaldúa, 1987, p. 70)

Anzaldúa ainda usa das contradições que a opressão impõe sobre a mestiça como exemplo do estado inicial que faz com que *Coatlicue* apareça:

Não, não é suficiente ser uma mulher – um membro de segunda classe de um povo conquistado, ensinado a acreditar que são inferiores por terem sangue indígena, acreditar no sobrenatural e falar uma língua deficiente. Agora ela se bate por sua “inatividade”. [...] Toda a sua vida foi dito que os mexicanos são preguiçosos. Ela tem que trabalhar duas vezes mais que os outros para alcançar os padrões da cultura dominante que se tornaram, em parte, seus padrões. (Anzaldúa, 1987, p. 71)

Neste exemplo fica evidente como a hegemonia ideológica dominante acaba por convencer o sujeito subalternizado das verdades construídas usadas para manter as relações de poder – ironicamente, na sociedade opressora, quem trabalha o dobro é o preguiçoso, tanto pior ter sangue indígena e acreditar que a própria língua é deficiente. Momentos opressivos como esses propiciam o aparecimento do estado de *Coatlicue* que apontam, questionam e problematizam tais contradições e a naturalização do discurso hegemônico, proporcionando uma possibilidade de travessia, nos termos discutidos por Anzaldúa. A autora termina o capítulo sobre *Coatlicue* exaltando esta presença que não a deixa, que faz com que não esteja sozinha, que ela sente em seu corpo. Por último, afirma: “E eu não tenho medo” (Anzaldúa, 1987, p. 73). É neste estado de constante busca por conhecimento em momentos de grande opressão que *Coatlicue*, símbolo do contraditório e da ambiguidade, oferece a travessia.

CONSUELO RAMOS E O ESTADO DE COATLICUE

Em *Woman on the Edge of Time*, Consuelo Ramos, uma personagem mulher, de 37 anos, chicana, pobre, que perdeu a guarda da filha para o governo e está internada em um manicômio pela segunda vez, alcança o estado de *Coatlicue*, discutido por Anzaldúa, devido às diversas opressões que sofre pelo posicionamento que ocupa. Ela é considerada abjeta na sociedade em que vive no presente dentro de várias intersecções: como mulher, seu irmão responde por ela, como chicana e paciente, não é ouvida pelos médicos. Até mesmo Geraldo, o agressor, cafetão e namorado de sua sobrinha, Dolly, é ouvido quanto às atitudes e estilo de vida de Consuelo, mesmo que esteja se aproveitando do histórico médico dela: “Geraldo é muito esperto – trazendo-a para Bellevue, por exemplo, ao invés do Met na Noventa e Seis. Bellevue tem os registros dela da vez anterior. Ele fingiu que foi ela quem atacou ele e Dolly no apartamento de Dolly, em Livingston” (Piercy, 1976, p. 11). Ao aceitar os argumentos de Geraldo para internar Consuelo mais uma vez, o primeiro é ouvido pela instituição enquanto ela é silenciada pelos funcionários do hospital. Na instituição, esta relação de poder se repete em diversas cenas, no presente temporal da obra. Este silenciamento pode ser visto na cena em que duas enfermeiras conversam sobre a personagem:

‘Ela vai cheirar melhor quando sair [da instituição]. Você imagina como eles podem viver com eles mesmos, sem nunca tomar banho. Mas isso faz parte da doença’ [...] [Connie] queria gritar que ela toma banho tanto quanto eles, eles [no hospital] que fizeram com que ela cheirasse mal, fizeram com que ela ficasse suja. Mas ela não se arriscou. Primeiro, eles não ouviriam, e, segundo, poderiam machucá-la. Quem se importaria? (Piercy, 1976, p. 15)

Consuelo tem consciência do seu posicionamento nesta sociedade que a oprime. Colocá-la nesta posição de vulnerabilidade, em que ela sabe que não será ouvida e que falar o que pensa terá consequências,

faz parte da construção das relações de poder. A construção do sujeito subalternizado depende da internalização que o mesmo terá de seu posicionamento. Ao perguntar, de forma retórica, “quem se importaria?”, ela sabe a resposta, ela sabe o quanto a sociedade a despreza como indivíduo.

Esta consciência fica ainda mais evidente quando se pergunta, sobre si mesma, “quem poderia ter menos poder? Eu sou uma prisioneira. Uma paciente” (Piercy, 1976, p. 190). Aqui, a relação entre paciente e criminalidade se encontram, com a personagem colocando no mesmo nível discursivo aqueles encarcerados por um sistema médico patologizante e os que são encarcerados por uma instituição supostamente destinada a criminosos. Ser paciente é ser prisioneira. Tanto as instituições médicas quanto as legais trabalham na manutenção de uma sociedade hierárquica que marginaliza e encarcera o diferente. Consuelo é subalterna nos termos discutidos por Gayatri Spivak: “Não há nenhum espaço a partir do qual o sujeito subalterno sexuado possa falar” (Spivak, 2010, p. 121). Ainda que falasse, Spivak argumenta, “[o] subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (Spivak, 2010, p. 124). A personagem é consciente dessa hierarquia social, e, como subalternizada, ela percebe que não adianta falar, pois não será ouvida.

Ao chegar nesta posição, cria-se a situação para que o estado de *Coatlicue* aconteça. É possível argumentar que este estado é representado, na obra, pelo aparecimento de Luciente – personagem responsável por conectar a protagonista com o futuro – e o ato de ir para este futuro utópico, onde não existem relações de poder entre os indivíduos e todos colaboram para a manutenção de uma sociedade igualitária. O futuro se torna não somente uma questão temporal, mas também territorial. No futuro, Consuelo não está em um manicômio, ela é livre. O futuro se passa em Mattapoissett, uma sociedade que abandonou as grandes cidades e vive em harmonia com a natureza:

‘Você tem certeza que fomos na direção correta? Ao futuro?’ / ‘Esse é o meu tempo, sim. Certamente, veja como é bonito’ / ‘Você me disse que você vive em uma vila. [...] Então se fôssemos para uma cidade, ela seria, digamos... Mais moderna?’ / ‘Nós não temos *grandes* cidades – elas não funcionam. Você parece frustrada, Connie?’” (Piercy, 1976, p. 62).

Este diálogo se dá na primeira ida da protagonista para Mattapoissett. É o primeiro momento de uma longa trajetória para perceber que as diferenças sociais que a oprimem são construções, imposições que criam hierarquias naturalizadas, mas que uma sociedade diferente é possível, desde que se quebre com as diversas opressões que se interseccionam: “Você está me dizendo que não tem racismo aqui? Paraíso na terra, todos os filhos de deus são iguais?” / “Tribos diferentes possuem ritos diferentes, mas deus é um conceito patriarcal” (Piercy, 1976, p. 97). Ao problematizar o conceito de “deus”, Luciente aponta para as construções naturalizadas que servem como forma de manutenção das hierarquias sociais.

Em um certo momento, Luciente explica que “a maioria das pessoas que contactamos são mulheres e muitas delas em manicômios e prisões” (Piercy, 1976, p. 188), reforçando ainda mais esta relação entre a possibilidade de ir para o futuro com a posição de subalternidade e o estado de *Coatlicue*. O contato mencionado por Luciente é entre o futuro – tempo presente para Luciente – e o presente em que vive a protagonista. O nome desta personagem, Luciente, assim como sua função na história, faz uma evidente relação com o ato de iluminar o caminho, de mostrar possibilidades, mesmo que

este processo seja complexo e doloroso. É importante ressaltar que Luciente tem essa proximidade, em termos epistemológicos, com o ato de iluminar, mas ela precisa que a outra pessoa tome a ação de fazer a viagem no tempo. Luciente não tem o poder de levar alguém ao futuro se a pessoa não quiser. Portanto, este movimento se torna uma questão de escolha, de certa forma, um controle que o sujeito possui sobre sua própria vida. É uma forma de agência negada pela sociedade aos sujeitos subalternizados.

Essa relação com o futuro, então, é representativa do estado de *Coatlicue* e se constrói em uma relação entre tempo e espaço. O futuro não é somente o passar dos anos, mas também um lugar onde pessoas em situação de extrema opressão podem ir, onde encontram novas formas de ver o mundo e podem imaginar uma outra sociedade. Neste sentido, o futuro é uma espécie de caminho para o conhecimento. Assim como Anzaldúa compara o conhecimento com uma trajetória em um espaço físico – “Conhecer’ é doloroso porque depois que acontece eu não posso *ficar no mesmo lugar*, confortavelmente” (Anzaldúa, 1987, p. 70, ênfase minha) – este caminho doloroso e contínuo é representado na obra de Piercy por um deslocamento temporal.

Além de serem os principais sujeitos a visitarem o futuro, pacientes em manicômios e em prisões possuem mais um ponto em comum. Os experimentos médicos e científicos realizados no presente de Consuelo são frequentemente testados nestas pessoas, já que, como sujeitos subalternizados, elas são desprovidas de direitos e não são ouvidas: “Eles gostam de testar medicamentos em pessoas pobres. Principalmente em pardos e negros. Em presidiários também” (Piercy, 1976, p. 266). Esta recorrente falta de agência faz com que os pacientes na ala manicomial se comparem, frequentemente, com animais. Uma mulher pobre, chicana, negra, internada, acaba por ter os mesmos direitos de um animal, dentro das leis dos homens, ou seja, nenhum. É por isso que, dentro do manicômio, uma mulher grita aos médicos “bem-vindos a casa dos macacos, no zoológico!” (Piercy, 1976, p. 194). Em outro momento, Consuelo se compara a chimpanzés usados em experimentos científicos: “Somente alguém como o Dr. Redding a compraria em um leilão, às dezenas, junto com cinco mil chimpanzés” (Piercy, 1976, p. 294). Em uma sociedade antropocêntrica, a desumanização é equivalente a perda de direitos.

A tomada de consciência sobre essa desumanização participa do processo de reconhecer uma outra sociedade possível. A relação natureza e sociedade em *Mattapoisett* tenta buscar uma justiça de equidade entre ambas, abdicando da relação de superioridade existente na visão da natureza como algo a ser explorado e conquistado pelo homem. Um exemplo desta relação é a reunião do conselho para decidir se a quantidade de terra para a agricultura deveria expandir. O conselho, então, é formado por representantes da agricultura, da terra e dos animais: “Defensora da Terra – fala pelos direitos do meio ambiente como um todo. Além disso, ela também é Defensora dos Animais. Essas posições são escolhidas através de sonhos” (Piercy, 1976, p. 145). Esses grupos se reúnem para discutir o quanto se deve destruir mais uma parte da floresta para produzir mais alimentos e se esta ação é realmente necessária. Para isso, o representante da agricultura expõe seu ponto e, depois, a Defensora da Terra argumenta sobre as consequências para todos se tal decisão for tomada. Quando, em uma sociedade, todos os seres possuem direito a defesa, desumanizar o indivíduo não se torna sinônimo de perder direitos e agência, uma vez que não existe hierarquia entre os seres e estar na categoria de humano não representa mais direitos do que estar na categoria de “rios”, por exemplo.

Como já argumentado anteriormente, o estado de *Coatlicue* é doloroso, complexo e sofrido. Todas essas experiências que fazem com que Consuelo perceba como a sociedade em que vive é construída para colocá-la à margem, oprimi-la, retirar sua liberdade, sua agência e silenciá-la não acontecem de forma simples. Alguns momentos são mais dolorosos que outros e uma conscientização marcante para Consuelo está relacionada à perda de sua filha, Angelina, retirada de seus cuidados. Ao falar da retirada da obrigação da maternidade das mulheres, Luciente explica ser este um ato revolucionário para alcançar a igualdade de gênero inexistente na sociedade do presente (Piercy, 1976, p. 98). Para isso, foi necessário trazer os homens para a experiência da maternidade, de amamentar e cuidar dos filhos, enquanto a gravidez se dá fora do corpo da mulher, em uma máquina que simula um útero. O cuidado das crianças é responsabilidade de toda a comunidade e o núcleo familiar é formado por três *comothers*, ou co-mães, em tradução livre, independente de gênero. Ao aprender sobre a maternidade em Mattapoissett, Consuelo lembra de sua filha e, no choro desesperado, corta a ligação com Luciente e volta para o seu presente (Piercy, 1976, p. 98). Susana Funck, ao discutir a representação da maternidade em *Woman on the Edge of Time*, argumenta que em Mattapoissett as diferenças biológicas não importam e todos podem ser mães porque, na verdade, ninguém é. Funck aponta para alguns momentos nos quais a protagonista fica enojada, chocada e indignada com estas relações, como ao ver um homem amamentando um bebê. Em um certo momento, até mesmo o ambiente pastoral de Mattapoissett a deixa furiosa. Esta reação ao diferente, àquilo que não corresponde ao que lhe foi ensinado como natural, pode ser considerado parte do processo de entender que o que a torna um sujeito subalternizado em sua sociedade faz parte de um construto social, executado de forma a fazer com que o oprimido também considere natural a sua posição. É porque aceitamos a naturalização do discurso ideológico que a opressão opera de forma tão eficaz. No âmbito narrativo, a dificuldade em compreender, e até mesmo aceitar, que certas “verdades” não passam de construções está relacionada com a nossa própria dificuldade em ir contra regras já naturalizadas.

Ir ao futuro, tornar-se consciente de uma outra sociedade possível, é a única agência que a protagonista experimenta. A travessia é um processo longo e doloroso, mas, uma vez atravessando, não se pode mais retornar, argumenta Anzaldúa. O conhecimento não se desfaz – o conhecimento aqui discutido está mais próximo dos saberes situados, subalternos, discutidos por Pelúcio, do que daqueles produzidos pelo poder hegemônico ou pela ciência formal. Conforme se começa a perceber estar em estado de guerra contra o conhecimento hegemônico e, conseqüentemente, contra aqueles que impõem tal conhecimento sobre ela, tornando-a subalternizada, cada vez menos Consuelo consegue se conectar com Luciente e visitar Matapoissett. Ao desenvolver seu estudo sobre a consciência do subalterno, Spivak afirma que “a noção daquilo que o trabalho *não pode* dizer se torna importante. Na semiose do texto social, as elaborações de insurgência permanecem no lugar da ‘declaração’” (Spivak, 2010, p. 65). Portanto, para aqueles que não podem falar, as insurgências ocupam o lugar das palavras. Transpondo essa discussão para o posicionamento do romance, percebe-se, ao tomar consciência da sua localização subalternizada, este ato de insurgência.

Ao declarar guerra aos médicos, ela também está declarando guerra ao sistema opressor. Ao discutir quem pode falar, é imperativo pensar, ainda, em quem ouve. No caso de Consuelo, ela não só não será ouvida como falar tem conseqüências físicas e dolorosas. Sua guerra, então, é silenciosa e começa por fazer exatamente aquilo que os médicos esperam dela para que ela possa ganhar a confiança deles. O

resultado desta guerra logo aparece, primeiro por uma enfermeira que exalta o quanto ela está tentando melhorar: “‘Você está muito melhor,’ disse em tom de aprovação a enfermeira Roditis, sorrindo de verdade. ‘Agora você quer melhorar’” (Piercy, 1976, p. 327). Ganhar a confiança dos médicos, adequar-se aos padrões que os opressores colocam como corretos se torna uma maneira de lutar contra essa guerra. A partir deste momento, o contato com Luciente torna-se cada vez mais difícil, ao ponto de se perguntar se Luciente ainda está viva: “Luciente está morta? Ela não pode aguentar pensar nisso. É ela quem está morta [...] Ela estava se endurecendo como Luis havia feito, mas não por dinheiro. Para ter sucesso na guerra. Revidar. Ela fechou os olhos e viu sua arma, disfarçada de shampoo” (Piercy, 1976, p. 353). Fazer este jogo se mostra doloroso e difícil, já que ela não quer ser cooptada por esta cultura hegemônica, como foi seu irmão Luis. Ao conquistar a confiança dos médicos, Consuelo consegue passar o natal na casa de seu irmão, onde vai poder executar a próxima fase de seu plano. Ela, então, consegue o óleo marrom, usado na floricultura de Luis. É com este óleo que ela vai envenenar os médicos e por fim nos experimentos de controle da mente a que todos os pacientes de sua ala eram submetidos. A protagonista reconhece estar usando as ferramentas dos opressores para derrubá-los: “Mas era uma arma, uma arma poderosa que veio do mesmo lugar que os eletrodos, e a Thorazina e o Dialetrodo. Uma das armas dos poderosos, daqueles que estão no controle” (Piercy, 1976, p. 351). Estas falas demonstram um reconhecimento sobre as relações de poder, construídas artificialmente, para que ela se torne subalterna.

A guerra é contra a opressão e para isso ela precisa se armar, se defender, se ela não fizer, ela é quem morrerá. Ao retornar a uma Consuelo vista como passiva pelos médicos e enfermeiras, percebe-se que agora ela ocupa uma posição de controle. Mesmo que ainda não seja ouvida, por isso não precisa falar, suas ações se tornam as insurgências mencionadas por Spivak para que retome a agência de sua própria vida. Para Angelika Bammer, a utopia existe no desejo das pessoas em agir e provocar mudanças, de acreditar em um mundo mais justo e tomar atitudes baseadas nesta crença. A utopia se torna uma forma de emancipação para os sujeitos denominados como o «outro» dentro de uma perspectiva hegemônica, pois são esses «outros» que acabam sofrendo com a discrepância entre a realidade e a utopia (Bammer, 1991, p. 3). Neste sentido, Mattapoissett funciona como utopia não somente no sentido de ser este local perfeito, ficcional, criado dentro de uma obra literária, mas também trabalha como uma ideia utópica que move a ação em busca de uma outra realidade possível – é a ideia da existência de Mattapoissett que impulsiona Consuelo a acreditar e a agir em busca desta outra realidade. Para Bammer, a utopia está no processo, no ato de transgressão que visa tornar possível um futuro histórico (Bammer, 1991, p. 50). Já para Anzaldúa, tomar consciência, conhecimento, é um caminho que uma vez começado a traçar, não se pode voltar atrás. É na relação da utopia como algo que nos obriga a agir, a transgredir, e da consciência mestiça, que traz os múltiplos enlances culturais em um árduo, contraditório e complicado caminho sem volta, que se encontra a fronteira entre o real e o utópico, entre o agir e ficar na mesma posição.

Depois de envenenar seis médicos e matar quatro, o contato com Luciente deixa de existir. Consuelo afirma pensar em Luciente e em Mattapoissett, mas não consegue mais fazer a conexão, pois ela precisou endurecer, lutar e, pelo menos essa batalha, ela venceu (Piercy, 1976, p. 363). É possível afirmar que, depois de Luciente – o canal para encontrar o estado de *Coatlicue* – ajudar a protagonista a fazer a travessia, depois de tomar consciência das relações de poder construídas, ela deixa de ser um sujeito

subalternizado, passando a ter o controle de sua vida. Em seu ato de insurgência, ela age e alcança um resultado. Sendo Luciente esta personagem responsável por mostrar outras possibilidades de sociedade, no momento em que não se está mais nessa posição, não precisa mais de uma emissária do futuro, nem de Mattapoisett. Agora ela tem o controle de sua vida, sua ação deve ocorrer no presente, para que Mattapoisett como futuro seja uma possibilidade.

Woman on the Edge of Time não só representa um futuro utópico, onde existe uma sociedade sem as opressões sociais e relações hierárquicas de poder que constroem sujeitos subalternizados, mas também é uma representação de como este futuro igualitário depende da população vulnerável, oprimida, considerada abjeta. Afinal, o futuro é da mestiça, desta que vive nas fronteiras, formada por diferentes identidades irreduzíveis, que sofre sob múltiplas formas de opressão, mas que constrói uma nova consciência. Consuelo vive a relação entre diversas fronteiras, entre elas, a fronteira do tempo entre o presente e o passado e a do manicômio, que divide o mundo entre quem é normal e quem não é. Como Anzaldúa descreve, é na fronteira que vivem os abjetos, os que não são aceitos na sociedade: “*Los Atravesados* vivem aqui o vesgo, o perverso, o *queer*, o atrapalhado, o híbrido, o mulato, o mestiço, o meio-morto; em suma, todos os que atravessam, cruzam ou transgridem os confins do ‘normal’” (Anzaldúa, 1987, citado em tradução em Costa & Ávila, 2005, p. 698). O tempo também se torna outra fronteira, que pode parecer, muitas vezes, tão bem delimitado – o que é presente, passado ou futuro – mas que na narrativa surge como um espaço passível de trânsito, onde sua tomada de consciência, seu estado de *Coatlicue*, depende de suas vivências em todos eles.

Uma perspectiva pós-colonial nos permite uma leitura feminista que não se apoia no discurso de um feminismo de salvamento das mulheres oprimidas do Terceiro Mundo, como questiona Mohanty (2017). O futuro pertence à mestiça porque não é ‘nós’ a salvar o ‘outro’, ou a dar voz, mas porque são aqueles que vivem as diferentes formas de opressão que tem o poder de lidar com as diferenças, diversidades e múltiplas culturas se sobrepondo e coexistindo. A protagonista está à margem da sociedade, seja como mulher, como mestiça, como pobre, como paciente em uma instituição para doentes mentais, e é desta posição que vem o movimento para se alcançar este futuro utópico previsto na obra. Marge Piercy fala de um centro hegemônico, por ser uma autora branca dos Estados Unidos, assim como sua obra foi produzida e consumida nesta mesma posição privilegiada, mas as ações possíveis de sua protagonista são construídas na margem, tanto social, literária, quanto geográfica, tanto por se realizarem em um manicômio, quanto por virem da mulher mestiça, a quem o futuro pertence, em um gênero literário que não é considerado canônico. Ainda assim, não é possível ignorar que, apesar desta construção fronteira da protagonista, esta é uma narrativa geocentrada, com o possível local utópico localizado em território anglófono e com uma perspectiva narrativa que se recusa a usar o nome e a língua nativa da personagem central.

Revisitar uma obra referência entre as utopias feministas dos anos de 1970 e revê-la pelo ponto de vista da protagonista, possibilita perceber que tais utopias só são possíveis quando sujeitos subalternizados podem agir e vencer suas guerras. Ainda que o subalterno não seja ouvido, é possível usar do revisionismo para perceber onde estão as possíveis insurgências que ocupam o lugar das declarações, como argumenta Spivak. Feministas, como Piercy, revisitaram um gênero literário para resistir a um apagamento histórico e tentar construir, de forma discursiva, sociedades igualitárias utópicas, questionando construções sociais opressoras dadas como naturais. Consuelo é a protagonista da obra, mas *Woman*

on the Edge of Time é, com muita frequência, analisada apenas pela perspectiva da utópica Mattapoisett ao invés de ser lida como um ato de resistência da mulher mestiça. Consuelo resiste e é esta resistência que torna Mattapoisett possível.

BIBLIOGRAFIA

- ANZALDÚA, Gloria (1987). **Borderlands / La frontera: The new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books.
- ANZALDÚA, Gloria (2005). La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, 13(3), 704-719. doi: 10.1590/S0104-026X2005000300015.
- BAMMER, Angelika (1991). **Partial Visions: Feminism and Utopianism in the 1970s**. New York: Routledge.
- BHARI, Deepika (2013). Feminismo e/no Pós-colonial. **Revista Estudos Feministas**, 21(2), 659-688. doi: 10.1590/S0104-026X2013000200018.
- COSTA, Claudia de Lima; e ÁVILA, Eliana (2005). Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Revista Estudos Feministas**, 13(3), 691-703, doi: 10.1590/S0104-026X2005000300014.
- CRANNY-FRANCIS, Anne (1990). **Feminist Fiction**. Nova York: San Martin's Press.
- Funck, Susana Bornéo (1998). **Feminist Literary Utopias**. Florianópolis: Ares.
- Funck, Susana Bornéo (1993). Feminismo e utopia. **Revista Estudos Feministas**, 1(1), p. 33-48. doi: 10.1590/%25x.
- Funck, Susana Bornéo (2016). A sexualidade nas utopias feministas dos anos 1970 na literatura norte-americana (1994). In: Funck, Susana Bornéo. **Crítica Literária Feminista: Uma Trajetória**. Florianópolis: Insular.
- Mohanty, Chandra T (2017). **Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais**. In: Brandão, I. et al. (ed.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Tradução: Maria Isabel de Castro Lima. Florianópolis: Editora da UFSC. 309-353.
- PELÚCIO, Larissa (2012). Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismo e estudos queer. **Contemporânea**, 2(2), 395-418.
- PIERCY, Marge. **Woman on the Edge of Time**. Nova York: Fawcet Columbine, 1976.
- RICH, Adrienne (1980). When we dead awaken: Writing as re-vision. In: **On Lies, Secrets and Silence: Selected Prose**. Nova York: WW Norton & Company.
- RUSS, Joanna (1986). **The Female Man**. Boston: Beacon Press.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2010). **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG.